

**POLÍTICA E CIDADANIA: NOVOS OLHARES DESDE OS
OBSERVATÓRIOS DA MÍDIA**
Maria Patrícia Téllez Garzón¹

Resumo

Com este artigo se pretende realizar uma aproximação com os observatórios de mídia desde a presença neles da cidadania. A partir de uma caracterização das mudanças experimentadas pela política se faz uma releitura do cenário democrático em que hoje têm uma particular visibilidade os cidadãos e a mídia. Para isso se faz uma seleção de três experiências de observatórios na América Latina. Trata-se do Observatório de Imprensa (OI) do Brasil, a “Veeduria de Medios de Comunicação Social” do Peru e o “Compromisso por uma Televisão de Qualidade para a Infância” da Colômbia.

Palavras-chave: Observatórios de mídia, democracia, cidadania, participação.

Introdução

Um dos desafios prioritários que as sociedades contemporâneas e, mais particularmente, a América Latina, precisam enfrentar neste século XXI tem a ver com a superação de processos de exclusão política frente aos quais é necessário buscar caminhos alternativos no contexto global caracterizado por uma verdadeira revolução em todas as ordens da vida social.

Ao fazer uma aproximação a esse cenário político para compreender as mudanças que nele se sucedem, nos achamos com a necessidade de uma redefinição e reinvenção dessa esfera social, na medida em que hoje parece impossível que consiga dar conta dos desafios que enfrenta. Há meio século, a política era considerada como uma bússola que servia de horizonte até o qual se dirigiam as forças das nações.

A partir da certeza de que no interior desta geografia latino-americana existe um sentido de pertencimento e identidade de caráter situacional, onde convivem a realidade dos países andinos e o chamado Cone Sul, é necessário de modo individual e coletivo buscar as causas estruturais desses problemas cujas faces atuais falam de uma urgente e impostergável necessidade de fazer-lhes frente.

¹ Colombiana e Doutoranda em Comunicação do PPGCOM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista CAPES. Este artigo está elaborado a partir do projeto de tese cujo tema é a realidade dos os observatórios de mídia e a presença neles da cidadania.
E mail: patica42@yahoo.com

Com a segurança de estar fazendo uma lista de “lugares comuns”, o que não diminui a gravidade dos fatos que se descrevem, somos uma região que compartilha dolorosos primeiros lugares em temas relacionados com a desigualdade social, a violação dos Direitos Humanos, a corrupção pública e privada, a produção e exportação de drogas ilícitas e a guerra contra seus cartéis, os quais especificamente têm servido como relevo temático do conflito social, além de estratégia para estigmatizar nacionalidades.

Tudo isso no meio do fantasma das múltiplas violências que percorrem o continente e que convivem de modo paradoxal com uma aparente estabilidade no âmbito político, caracterizada pela presença de atores que surgem de alianças, além de partidos tradicionais de direita e esquerda e cuja presença seria impensável, dada sua origem, em outros momentos da nossa história.

Hoje transcorrida uma década do presente milênio, nos ronda uma sensação que mistura otimismo e incertezas. O primeiro na medida em que na América Latina as tarefas para construir um projeto de integração política que articule diversos interesses são múltiplas e de diversas naturezas. Mas, por sua vez, nos invade o medo refletido em uma sensação de pessimismo por achar que não conseguiremos encontrar as “saídas” para esses desafios.

No meio desse cenário podemos formular a pergunta: o que tem ocorrido no âmbito político considerado como o eixo articulador da vida social? Ao fazer uma aproximação para compreender as mudanças que se sucedem no seu interior nos encontramos com um momento de câmbios e transformações, de reconstrução desse cenário na medida em que hoje parece impotente para dar respostas a esta situação de “medo e incerteza” que se vive.

Nestes tempos nos encontramos com diversos argumentos para mostrar esse caráter debilitado da política desde os aspectos exteriores e interiores da mesma. No primeiro caso, desde sua institucionalidade, podemos falar da fragilidade dos regimes democráticos no continente paradoxalmente em momentos em que ocorre sua expansão, e de uma aparente diminuição do Estado frente à visibilidade do mercado, considerado como eixo organizador da vida social e coletiva.

Internamente, nos encontramos com uma perda da centralidade da política, com uma crise de representatividade dos partidos, com mudanças experimentadas no interior do cenário público frente à esfera do privado, entre outros aspectos. E no meio desta

realidade nos encontramos com dois atores sociais que hoje têm uma visibilidade e uma centralidade particular.

Trata-se dos cidadãos e das mídias, os quais têm experimentado significativos câmbios no seu interior. No primeiro caso e como resultado das transformações geradas no âmbito sociopolítico hoje nos encontramos com uma cidadania que se movimenta em distintos espaços experimentando novos modos de “ser e de estar” socialmente. Resultado de uma autonomia que lhe permite, diferente de outros tempos, tomar certa distância de pertencimentos partidários ou sindicais, nas últimas décadas vemos como os cidadãos exploram novos formatos que fazem possível a conformação de novas identidades políticas e públicas.

O que dizer da importância das mídias neste contexto global? Elas aparecem como janelas e mirantes privilegiados desde onde é possível entender as tensões e incertezas geradas no fim do século passado e que transcorrida uma década do presente adquirem novas faces resultado de um processo de busca e exploração permanente. Elas ocupam igualmente um lugar nevrálgico da vida política devido ao fato de que no seu interior serão gerados esses processos de interação e mediação social.

Contudo, no meio deste panorama, ocorre que cada vez são mais fortes os questionamentos acerca do modo como tanto o rádio como a imprensa e particularmente os meios audiovisuais enfrentam suas responsabilidades nesta conjuntura de crise. Os conquistas relacionados com sua cobertura e uma visibilidade sem precedentes em cujo interior a informação se constitui em uma perspectiva fundamental da atividade cidadã, são colocados de alguma forma sob interrogação frente às críticas e denúncias de erros cometidos no exercício jornalístico.

E justamente para fazer frente a esses problemas nos encontramos com os observatórios de mídia os quais desde sua preocupação com a melhoria da qualidade da mídia pretendem contribuir com o desenvolvimento das sociedades como meta final. A partir de sua inegável presença e visibilidade na América Latina estes buscam além de monitorar a atividade dos meios de comunicação estabelecer um processo de interação e diálogo com os responsáveis pela produção informativa dando ênfase à necessidade de situar no seu interior os cidadãos considerados como públicos competentes.

Ao partir deste contexto com este artigo se busca realizar uma reflexão sobre os observatórios da mídia desde a realidade da cidadania. Partimos dos câmbios ocorridos no cenário político através de uma releitura de alguns de seus elementos constitutivos

como é o caso do Estado e da democracia em cujo interior vamos situar a mídia e a cidadania. Num segundo momento nos aproximamos dos observatórios a partir de sua definição e especificidade para olhar três experiências latino-americanas: o “Observatório da Imprensa” do Brasil, a “Veeduria de Meios de Comunicação Social do Peru” e o Compromiso por uma Qualidade da TV para a Infância na Colômbia.

A política como cenário cambiante

Para fazer esta aproximação a este tema vamos trabalhar com Norbert Lechner advogado e cientista político chileno e Evelina Dagnino pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), os quais, ao longo de sua extensa produção acadêmica, aportaram ao debate sobre a realidade deste cenário na América Latina.

Desde uma abordagem geral os dois autores vão trabalhar conceitos centrais neste campo da política como, por exemplo, a democracia, o papel desenvolvido pelo Estado e a presença da sociedade civil. A diferença está na ênfase que cada um estabelece. No caso de Lechner² parte da política e das mudanças ocorridas tanto em sua configuração externa como interna. Nessa medida leva em conta o contexto global considerado como cenário “macro”, como uma “mega tendência” onde ela se desenvolve e que por sua vez vai gerar mudanças nos modos de conviver e mais particularmente no mundo individual.

A pergunta por esta dimensão subjetiva vai ser central na obra de Lechner para compreender esses “medos e desejos” cujas respostas de algum modo estavam nesse lugar da política. Para ele é importante o horizonte de futuro que ela pode oferecer para posteriormente estudar a perda de centralidade.

De outra parte, Dagnino vai centrar sua reflexão sobre as relações entre cultura e política desde a realidade dos movimentos sociais, a sociedade civil e a democracia. E no meio deles a cidadania tem um lugar relevante. Em seus trabalhos mais recentes se pergunta acerca da validade das teorias dominantes para explicar esses temas.

A respeito da perda da centralidade da política, Lechner³ (1996,p.11) estabelece o seguinte:

² Professor durante muitos anos da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) tanto no Chile como México e Diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Chile entre os anos 1998 e 2004. Falecido em 2004. Entre seus escritos se destacam oito livros e múltiplos artigos, entre outras produções.

³ Tradução própria do original do espanhol: “Hoy vivimos el descentramiento de la política. Vale decir, se debilita el lugar central que ocupara en la organización social. La política institucionalizada ve restringido su campo de maniobra por que son mas restringidos los recursos disponibles y mas arriesgadas

Hoje vivemos a descentralização da política. Vale dizer, se faz débil o lugar central que ocupou na organização social. A política institucionalizada vê restringido seu campo de manobra porque são mais restritos os recursos disponíveis e de mais risco as apostas sobre os resultados previsíveis de uma decisão, ou seja, mais difíceis de determinar as opções viáveis. Além disso, se reduz a capacidade política de intervir em outras áreas porque essas obedecem cada vez mais a cânones específicos que escapam ao controle da “política”.

Este cenário da ordem social que foi, durante muito tempo, a instância de representação, regulação e condução da vida social, hoje se encontra deslocado em outros espaços. No âmbito econômico, por exemplo, o mercado se converte em um cenário central frente ao qual a política fica de algum modo subordinada.

Nesta “sociedade do mercado” convertida em uma “mão invisível” onde vai se transformar a vida em seu conjunto surge um novo tipo de sociabilidade caracterizado por um caráter mercantil da existência humana. Igualmente supõe novas formas de convivência, de transformação do mundo individual, situação que vai estabelecer novas relações entre os distintos atores sociais e conseqüentemente um novo tipo de cidadania.

De modo paradoxal hoje assistimos a um processo de uma particular visibilidade do Estado. Considerado em outros tempos como eixo central desse âmbito político no seu papel de “alfaiate” do tecido social, hoje, no contexto da crise econômica, ressurgue com uma força inusitada. Situado no interior do modelo neoliberal e no meio deste cenário do mercado onde se chegaram a escutar vozes que pediam por sua diminuição e inclusive seu desmantelamento, hoje aparece como “salvador” aplicando injeções de capital para deste modo evitar colapsos maiores, particularmente no que se refere ao Primeiro Mundo.

Mas é impossível esquecer que além desta condição de salva-vidas o Estado precisa seguir se movimentando em uma dupla disjunção onde enfrenta cada vez mais importantes desafios. De uma parte terá que responder aos profundos problemas de governabilidade e legitimidade, abalado cada vez mais por escândalos de corrupção e clientelismo. Numa palavra, pela incapacidade de seus administradores de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

De outra terá que responder pelo modelo democrático orientado ao fortalecimento do “bem comum” com o qual estes podem por sua vez estabelecer vínculos de cooperação neste processo de reconstrução do tecido social que vai ter

las apuestas acerca de los resultados previsibles de una decisión (o sea, más difíciles de determinar las opciones viables). Pero además se restringe la capacidad política de intervenir en otras áreas por que estos obedecen mas y más a cânones específicos que escapam del control de la “lógica política”.

como eixos centrais a igualdade e a participação. E neste ponto é importante falar do desenho de políticas que respondam a esse interesse comum, a essas “regras de jogo” resultado de consensos entre os diversos setores sociais e que pretendem dar resposta a necessidades dos cidadãos não satisfeitas em setores nevrálgicos como a saúde, a educação e a comunicação, particularmente.

Vejamos o que ocorreu neste cenário da democracia desde a realidade latino-americana onde seguimos apostando nela, apesar de, em alguns momentos o panorama ter parecido desalentador. Considerada como um cenário central para o debate social ela aparece nosso continente mostrando seu “brilho” e “opacidade” e dependendo do contexto onde se desenvolve e mais particularmente do complexo jogo de atores, discursos e relações antagônicas que se geram no seu interior.

Depois do esgotamento dos regimes autoritários o continente iniciou um processo de reconstrução democrática em que ela foi inicialmente entendida como “ponto de chegada” e posteriormente na década seguinte como “ponto de partida”. Nestes últimos tempos nos achamos com governos marcados por um caudilhismo como é o caso de Venezuela, Bolívia e Equador, além de uma forte tendência até a direita como ocorre com Colômbia e Panamá.

Ao olhar para este âmbito da democracia na América Latina, Evelina Dagnino fala acerca da necessidade de uma abordagem que torne possível uma reinterpretação de sua realidade e que torne possível o surgimento de novas preocupações teóricas e metodológicas. Isto porque desde seu olhar existe uma insatisfação com as teorias dominantes para explicar a democracia, a sociedade civil e a participação.

Trata-se de pensar uma nova plataforma para o debate na medida em que no continente se produziram três processos que precisam ser analisados desde uma nova perspectiva. O primeiro deles é a consolidação das democracias no continente em uma situação de fragilidade, mas que seguem preservadas como tais. O segundo elemento tem a ver justamente com a profunda insatisfação gerada pelos resultados dessas democracias em aspectos centrais como o tema da justiça ou a inclusão política.

E particularmente frente ao terceiro Dagnino⁴ estabelece o seguinte:

⁴ Tradução própria do espanhol: “Se trata de los muchos experimentos que en materia de profundización e innovación democrática, ampliación del campo de la política y construcción de la ciudadanía se han

Trata-se dos múltiplos experimentos que em matéria de aprofundamento e inovação democrática, ampliação do campo da política e construção da cidadania têm se desenvolvido em vários países da América Latina em anos recentes, através de uma reinterpretação da idéia de democracia e mostrando em distintas escalas e graus de complexidade que é possível construir um novo projeto democrático baseado em princípios de extensão e generalização do exercício de direitos, abertura de espaços públicos com capacidades decisórias, participação política dos cidadãos e reconhecimento e inclusão das diferenças. É este campo de experiências que tem tornado possível a renovação do debate acerca da democracia.

Nesta citação anterior a autora deu ênfase à necessidade de repensar essa ampliação do campo da política através da democracia e da realidade da cidadania. E neste processo precisamos revisar outros elementos como a conexão existente entre a sociedade civil e o Estado e o fortalecimento dos movimentos sociais os quais vão ser abordados no desenvolvimento da tese. A seguir, se apresenta uma reflexão sobre a cidadania considerada como um dos eixos centrais de reflexão deste texto.

A visibilidade da cidadania no cenário democrático

Ao fazer uma aproximação a este conceito, eixo central e garantidor da democracia pela sua capacidade mediadora e articuladora, podemos perceber algo semelhante ao que ocorre com outros conceitos que “estão na moda” e que por seu caráter polissêmico vai dar origem a múltiplas abordagens e interpretações. A partir desta situação observamos como o termo é utilizado para falar do espaço ocupado pelos habitantes de uma cidade, uma nação, ou para caracterizar as pessoas que participam num processo eleitoral e que estão em capacidade de exercer um direito político.

Ao refletir sobre a mídia o termo cidadão aparece numa dupla significação. De uma parte tem sido utilizada como sinônimo para falar de “públicos”. E de modo relativamente recente aparece como uma marca de identidade para falar de rádios, jornais e canais de televisão, convertidos em experiências significativas de expressão, organização e participação da cidadania.

Entre os distintos usuários do conceito existirá uma concorrência (Dagnino, 1994) permanente pela imposição de uma definição sobre outra, respondendo a distintos sentidos e intencionalidades o que mostra que sua utilização não é só uma questão semântica já que por trás dela nos encontramos com um projeto de sociedade que

venido desarrollando en varios países de América Latina en años recientes, resignificando la idea misma de democracia y demostrando, en distintas escalas y grados que es posible construir un nuevo proyecto democrático basado en principios de extensión y generalización del ejercicio de los derechos, apertura de espacios públicos con capacidades decisorias, participación política de los ciudadanos y reconocimiento e inclusión de las diferencias. Es precisamente la importancia de este campo de experiencias lo que ha dado lugar a una renovación del debate sobre la democracia”.

pretende sua legitimidade frente a outros. Esta disputa se faz visível em diferentes momentos da história em que a cidadania adquire uma particular relevância e em que vai tomar forma dependendo de seus distintos contextos culturais.

Nas últimas décadas e como resultado das transformações no âmbito sociopolítico se produziu uma gradual redefinição dos atores, cenários, discursos e agendas onde os cidadãos estarão presentes. Nessa medida se pretende realizar um exercício de “arqueologia” da mesma para olhar sobre ela além da sua “condição natural” como fora considerada no começo ou, como um conjunto de “deveres e direitos” herança posterior da modernidade, para neste percurso precisar seus limites e reconstruir nesta conjuntura seu significado.

Considerada a cidadania como um conceito que precisa ser dinamizado para que possa se converter em eixo central de um novo projeto de sociedade a seguir se estabelecem alguns dos seus traços sem pretender uma cronologia e para esta tarefa vamos nos situar na polis grega onde a cidadania assume sua forma mais conhecida. E neste primeiro momento serve para nomear os habitantes da “polis” por terem uma participação política e uma capacidade de exercício através de direitos e deveres.

É importante precisar aqui que estamos falando de uma cidadania restritiva e conseqüentemente excludente na medida em que a condição de cidadão estava dada só aos homens livres e deixava de fora os escravos, mulheres e crianças. Posteriormente, a cidadania vai “desaparecer” na Idade Média para vincular-se mais tarde ao tema da propriedade da terra e ao surgimento da vida no interior das cidades.

Mas vai ser com as revoluções tanto americana (1776) como francesa (1789) quando podemos falar de uma cidadania “moderna” onde o poder estará nas mãos do “povo” situação que gerou múltiplos inconvenientes com a separação de instituições políticas e de poderes, e o conceito do homem e a sua natureza, entre outras razões.

Esse deslocamento da cidadania que teve inicialmente uma cobertura local evolui até obter um caráter universal consagrado de modo definitivo na Carta de Direitos da ONU em 1948. Com a aparição do mundo moderno o conceito surgiu de novo e vai ter alguns traços distintos daqueles que teve no passado. Nestas mudanças, é importante ver como, de modo semelhante à cidadania, o conceito de “povo” sofre igualmente um processo de transformações dado seu caráter ambíguo ao ponto de que hoje o termo perde vigência e de algum modo vem sendo trocado pelo de “classe” ou “status”.

Ao falar de um alargamento e ampliação da cidadania encontramos os trabalhos de T.H Marshall (1969) como uma referência obrigatória. Ao longo de seu trabalho estabelece como a partir de pressões e negociações esta se transforma e nesse processo vamos encontrar um componente civil, o político e o social, os quais vão se transformar em direitos considerados como seus eixos centrais. Neste sentido pode-se afirmar que esses direitos anteriores são visíveis nos séculos XVIII, XIX e XX para serem nomeados como direitos de primeira, segunda e terceira geração respectivamente.

A partir deste percurso, Dagnino (2000,p. 85) vai destacar seu caráter histórico e transformador. A este respeito esclarece:

Afirmar a noção de cidadania como uma estratégia política (Wiener 1992) significa enfatizar seu caráter de construção histórica que expressa interesses e práticas concretas que não são definidas previamente por uma essência universal dada. Nesse sentido, seus conteúdos e significados não são previamente definidos e delimitados, mas constituem uma resposta à dinâmica dos conflitos reais da luta política vivida por uma sociedade em um momento histórico dado. Essa perspectiva histórica torna necessário distinguir a nova cidadania dos anos 90 da tradição liberal que cunhou esse termo no final do século XVIII. Surgindo como resposta do Estado a reclamações dos setores sociais excluídos, a versão liberal de cidadania acabou essencializando o conceito, apesar de desempenhar, hoje em dia, funções totalmente diferentes de aquelas que caracterizaram sua origem.

Vamos nos deter no componente social da cidadania retomando para isso o antropólogo Roberto Da Matta (1999,p.66) que vai realizar uma aproximação a este conceito dando ênfase à necessidade de recuperar no seu interior a vida cotidiana. Ao falar deste tema o autor comenta:

Neste sentido é importante acentuar que as discussões em torno da noção têm sido sempre de caráter jurídico-político-moral, quando ela também comporta uma dimensão sociológica básica, já que ser cidadão (e ser indivíduo) é algo que se aprende, e algo demarcado por expectativas de comportamento singulares. O que é deveras extraordinário aqui é o grau de institucionalização política do conceito de cidadão (e de indivíduo), que passou a ser tomado como um dado da própria natureza humana, um elemento básico e espontâneo de sua essência, e não um papel social. Ou seja: algo socialmente institucionalizado e moralmente construído.

É importante assinalar como Da Matta vai ter como eixo de análise a realidade brasileira. No texto anterior situa a construção da cidadania no cenário “da rua” onde o comportamento dos sujeitos é, segundo ele, oposto ao que as pessoas fazem dentro “da casa”. No primeiro faz referência ao espaço do público onde “tudo pertence a todos” e aparentemente “nada é de ninguém” e no segundo aspecto se situa no âmbito da intimidade, do privado onde se estabelecem outras “regras de jogo” as quais geram outros comportamentos.

Nesta busca por caracterizar sua realidade hoje nos encontramos com Isidoro Cheresky⁵, (2006,p.36) sociólogo argentino, que parte da recomposição do mundo político e de sua nova “fluidez” com características próprias, que se reflete na seguinte afirmação:

A cidadania tem evoluído em duas direções ao deslocar-se o sistema de pertencimentos e de crenças que a configuravam. De uma parte começa a reconhecer novas condições de líderes, de caráter mais fugaz que no passado; e por outra, tem, com frequência a possibilidade de representar-se a si mesma ou criar formas de representação mais diretas e atentas à atualidade de suas demandas.

A partir desta citação destacamos um aspecto fundamental. Trata-se da autonomia que consegue o cidadão, que afastado do Estado, dos partidos políticos, e além de pertencimentos sindicais, experimenta o que Cheresky chama de “novos formatos e novas identidades” que se refletem neste espaço público a que fez referência anteriormente.

Como resultado deste movimento vai se ampliar o exercício da cidadania que, em outros momentos, se reduz aos atos eleitorais. Este cenário seguirá sendo a “areia cidadã” por excelência, na medida em que segue marcando o ritmo da vida política mas encontramos a cidadão com uma autonomia maior pois já existe mais esse vínculo estreito com os partidos, para citar um exemplo, que em outros tempos caracterizara os eleitores e o desapego frente aos governos e as instituições. Esta citação nos serve para exemplificar a caracterização do cidadão considerado como “sujeito” e “objeto” destas transformações. É neste cenário que podemos encontrar o cidadão em interlocução com as mídias através dos observatórios.

Observatórios de mídia: lugares de encontro da cidadania

Nas últimas décadas são múltiplas e diversas as organizações sociais e acadêmicas tais como ONGs, universidades, centros de pesquisa as quais tem como meta trabalhar na criação de espaços interdisciplinares com distintos objetos de estudo tais como processos eleitorais, temas referentes à realidade de grupos que enfrentam problemas de exclusão tais como mulheres, infância e juventude, minorias étnicas,

⁵ Tradução própria do espanhol: “La ciudadanía ha evolucionado en dos direcciones al desagregarse el sistema de pertenencias y creencias que la contenían. Por una parte, es propia a reconocer liderazgos de nuevo tipo, de carácter más efímero que los del pasado; y por otra parte tiene, con frecuencia propensión a representarse a si misma o a crear formas de representación mas directas y atenta a la vigencia de sus demandas”.

idoso, entre outros. Pretendem assim oferecer informações pertinentes à tomada de decisões frente a demandas específicas, geradas em distintos âmbitos da vida social.

Neste cenário se destacam, dado seu importante número e visibilidade, os observatórios da mídia, que hoje se colocam no interior do chamado *media criticism* ou revisão crítica das tarefas desenvolvidas pelas mídias e que configuram, como o indica Ignacio Ramonet (2005), um “quinto poder”. Este vai ser compreendido como um recurso dos cidadãos para fazer frente ao esvaziamento dos outros poderes e que surge, particularmente, para fortalecer sua presença como usuários deles.

O conceito de observatórios surge basicamente como um “pretexto” chave para explorar e conhecer o que significa verdadeiramente o papel da mídia na sociedades contemporâneas. É um convite para observar, como seu nome o indica, o “firmamento da informação”, para descrever o que nele ocorre e o modo como se fortalece o debate acerca de seu papel na construção da opinião pública.

Por sua vez é uma oportunidade importante para estabelecer pontos de encontro entre o mundo acadêmico e a mídia, situação considerada como requisito indispensável para qualquer esforço que pretenda sua transformação. Ao tentar estabelecer uma classificação destas figuras da mídia Albornoz e Herschmann (2006,p 5) estabelecem o seguinte:

Embora haja uma grande variedade e riqueza de observatórios de informação, comunicação e cultura é possível dividi-los em dois conjuntos, com os seguintes enfoques básicos: um primeiro grupo, em que os observatórios são concebidos como espaços articuladores da cidadania a partir do qual pode-se monitorar o funcionamento dos meios de comunicação (“observatório fiscal”), e outro, em que são considerados como novos organismos que colaboram através de suas intervenções o reflexões na formulação de políticas públicas (“observatório *think tank*”).

A partir desta classificação, abordaremos os chamados observatórios fiscais. Estes surgem em uma conjuntura de crise global que vai se refletir em todos os setores da economia e que, no setor da mídia, se traduz, em parte, na transformação dos grandes conglomerados e na re-negociação de suas dívidas por causa da recessão econômica e, de outra, no aumento das vozes de inconformidade frente ao tema da qualidade e objetividade da informação que circula nos distintos meios de comunicação.

A respeito, e como uma forma de fazer uma síntese, de sua origem Luis Gonzaga (2007,p.23) indica o seguinte:

Os observatórios surgem a partir de uma difusa consciência de que a indústria cultural e informativa não responde às demandas da sociedade civil: é demasiado acomodada, demasiado oficialista, superficial. Por isso precisa mudar. Jornalistas inconformados, organizações não-governamentais, ativistas políticos, professores, estudantes, movimentos sociais e grupos isolados saem da passividade de receptores ou do conformismo da profissão para influir nos conteúdos.

Entretanto, ao tentar realizar um panorama geral sobre a origem dos observatórios, verificamos a presença de algumas experiências que podem ser consideradas como antecedentes, algumas mais remotas e outras mais próximas destes. Uma delas tem a ver com a figura do Defensor do Leitor conhecido como Ombudsman cujos antecedentes ocorrem na Suécia no ano de 1960.

Desde então, e mais particularmente, nas últimas décadas, vai propagar-se na Europa e América, particularmente na Espanha e nos Estados Unidos, onde estarão de modo ativo nos grandes jornais de distintos países, representando uma saída de auto-regulamentação à atividade da imprensa escrita, ao mesmo tempo, que se configuram como uma importante presença da cidadania na mídia. Na década seguinte, a Espanha vai ser pioneira neste tema e, posteriormente, a partir de 1980, surgem no Brasil, Argentina e Colômbia respectivamente.

Num segundo momento da sua história, que é possível focalizar a partir de 1990, a figura se estende na totalidade do continente e mais adiante, dada a importância do tema do acesso e a democratização da informação, que sustenta este tipo de experiências. A partir desta década, os observatórios começam a ocupar um lugar privilegiado nos eventos relacionados com meios de comunicação. Justamente no ano de 2002, durante a realização do Fórum Social Mundial, que teve lugar em Porto Alegre (RS), nasceu o Observatório Internacional de Meios (Media Global Watch).

Nesse evento, um grupo de jornalistas e pesquisadores da comunicação, liderados por Armando Mattelart e Ignacio Ramonet, Diretor do jornal *Le Monde Diplomatique*, apostam na criação de uma instância internacional (www.mglobal.org) com capítulos nacionais como ocorre com Venezuela, Brasil, Argentina e Equador. A este projeto se vinculam, posteriormente, outros países como Brasil, França e Itália.

A importância desta experiência foi o fato de colocar o debate sobre o acesso e democratização da informação em um cenário tão importante e, além disso, a significativa acolhida e repercussão desta proposta. A partir deste momento o número de observatórios aumenta significativamente.

Em 2003, em Buenos Aires, ocorreu a Oficina de Trabalho sobre “Observatórios e ouvidorias cidadãs de Meios de Comunicação na América Latina e outras regiões do mundo”, convocado pelo coletivo A Tribu. Meios – Comunicação e Cultura e a Fundação Friederich Evert Stiftung (FES) através do Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação. Neste evento, considerado como um dos mais importantes encontros sobre o tema, foi possível que pesquisadores de Argentina, Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Inglaterra, Equador Peru, Uruguai e Venezuela se juntassem para intercambiar experiências, além de pensar a possibilidade de fazer projetos conjuntos.

Sem dúvida um dos aportes centrais do evento foi tentar estabelecer os alcances e limites reais destes projetos que, nesse momento, surgiam em distintas regiões do globo e, particularmente, da América Latina. Neste ponto é importante estabelecer a distinção entre o conceito “observatório” e “veeduría” como tal. O primeiro deles se refere aos projetos vinculados às entidades acadêmicas tais como universidades, centros de pesquisa, entre outros, e a segunda vai falar de experiências que nascem em organismos do chamado Terceiro Setor e tem uma significativa presença da cidadania.

Um terceiro momento na história destas experiências tem a ver com o fortalecimento interno e a conformação de redes ao nível nacional e internacional. Como exemplos disto, podemos citar a rede RENOI (Rede Nacional de Observatórios de Imprensa), experiência brasileira que surge em 2005 e que reúne pesquisadores de diferentes faculdades e universidades. Hoje, dada sua legitimidade, tem presença em distintos estados do país, promovendo a realização de projetos e a criação de cenários de debate. Outra experiência é a Rede Latino-americana de Observatórios de Médios cuja coordenação é realizada pelo Peru.

Características dos observatórios

Dada a diversidade de experiências é difícil estabelecer uma definição assim como os traços que identificam estes projetos. No entanto, é necessário estudá-las na tentativa de poder fazer uma aproximação delas. A esse respeito Téllez (2003,p15) afirma o seguinte:

A partir de la fundamentación en principios tales como el derecho a la información como un derecho de la ciudadanía, su ejercicio como condición de la democracia, la autonomía y equilibrio en la orientación de su función social, la objetividad y la independencia, los observatorios buscan acercarse a esta realidad mediática para identificar, sistematizar y analizar la manera como los medios se acercan a ella, la cubren y representan, los modelos y estrategias que emplean como herramientas claves en la construcción de

agendas, y el papel que juegan los periodistas como “artesanos” de este proceso.

Frente a seus objetivos os observatórios propõem metas relacionadas com: a) seguimento à tarefa das mídias na maneira como desenvolvem seu ofício, b) desenho de um sistema de informação permanente que permita às mídias e a seus usuários olhares diversos frente à realidade social e, c) um trabalho pedagógico através de sua sensibilização e mobilização frente aos aspectos tão pertinentes como, por exemplo, a responsabilidade social. Trataremos, na seqüência, de cada uma delas.

Em primeiro lugar, existe uma importante preocupação em realizar uma reflexão que faça possível a conformação de espaços públicos de discussão sobre temas de interesse geral, envolvendo, nesta atividade, jornalistas, acadêmicos, pesquisadores, além de diferentes setores e organizações públicas e privadas (empresários, anunciantes, produtores, publicitários) acerca de temas e problemáticas que interpelam a esfera pública comunicativa da democracia, aspecto que nesta conjuntura tem um particular significado.

Esta tarefa anterior tem um caráter particularmente propositivo na medida em que, ao fazer uma aproximação entre lógicas de produção e rotinas jornalísticas, busca diminuir alguns dos efeitos perversos da concentração mediática, o que também tem gerado posições unitárias frente à abordagem do contexto social. Isso ocorre pelo fato de que a presença dos conglomerados como uma realidade ao nível global reduz a possibilidade de um olhar plural, diverso e crítico frente ao conteúdo da informação, situação que, em casos extremos, pode se converter em uma verdadeira ameaça para o jornalismo independente.

Num segundo momento, é importante destacar o sistema de informação que os observatórios vão gerar e que tem como uma ferramenta fundamental a presença das tecnologias de informação e comunicação e, mais particularmente, as ferramentas que oferece de Internet e que vão garantir uma ampliação na cobertura e na divulgação de suas atividades. De fato, a maioria destes projetos contam com um site, o que lhes permite o contato e a interação permanente com seus usuários. Além disso, algumas destas experiências têm presença na mídia através de espaços televisivos, radiofônicos ou mediante seções em distintos jornais e revistas.

Um terceiro aspecto está relacionado com o importante trabalho pedagógico que eles realizam, desde os distintos centros (universidades, instituto de pesquisa) donde se

desenvolvem suas tarefas e que envolvem tanto aos profissionais responsáveis como aos cidadãos usuários dela.

Ao tentar fazer uma tipologia, tomando como contexto a América Latina, nos achamos com distintos autores os quais vão estabelecer uma classificação destes projetos. Em termos cronológicos, a classificação tem sido trabalhada por Susana Herrera (2005), Gaspar Brouillon et al (2005) e, posteriormente, por Viviana Erazo (2006) e, finalmente, no mesmo ano, por Luis Albornoz e Michael Herschman.

Segundo Herrera (2005):

Na América Latina, os observatórios se diferenciam em virtude de sua origem, composição, orientação ideológica, suas estruturas e modos de funcionamento, bem como dos aspectos dos meios que analisam, do instrumental metodológico que utilizam e da sistematização de sua atividade. [...] Com o fim de simplificar a proposta e torná-la mais operativa, nos concentramos nos critérios mais significativos. Desta forma, os critérios que permitem diferenciar os observatórios latino-americanos são: 1) a temática que pesquisam, 2) sua origem e composição, 3) a cobertura das mídias analisadas e 4) o tipo de meios que observam.

No caso de Brouillon et al eles se centram em critérios geográficos à medida que estabelecem uma divisão pelos cinco continentes. Por sua vez, Erazo vai realizar um completo panorama da realidade destas experiências ao nível global e local, tendo como eixo de análise sua missão, a perspectiva de gênero e a participação cidadã, aspecto central deste projeto.

Albornoz e Herschman vão distinguir entre o que chamam de “observatórios fiscais” como aqueles que monitoram a função da mídia, e os chamados “*think tank*” cuja responsabilidade tem a ver com o fato de aportar informação para a formulação de políticas públicas. No caso deste projeto, partiremos desta classificação anterior para mesclar com a proposta de Herrera e, a partir dela, apresentar alguns exemplos destes movimentos de observação da mídia.

No tocante às temáticas, os observatórios podem ser classificados como gerais ou específicos. No primeiro caso, verificamos no Brasil duas experiências: O Observatório da Imprensa (OI), experiência do Laboratório de Estudos avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas, e que se constitui em objeto de estudo deste artigo, e a Agência de Notícias pelos Direitos da Infância (ANDI). O primeiro deles se inicia em versão *on line* a partir de 1996 cujo site é www.observatoriodaimpresa.com.br. Além disso conta com um espaço na televisão produzido pela Televisão Educativa do Estado de São Paulo –TVE.

Como experiências de caráter misto, onde há a presença representantes de sociedade civil, do setores público e privado, podemos destacar a “Veeduría de Meios de Comunicação do Peru”, e o “Compromisso por uma Televisão de Qualidade para Infância na Colômbia”. Os dois, de modo semelhante ao Observatório da Imprensa, vão ser objeto de estudo desta pesquisa.

A Veeduría nasceu no ano de 2002 e nela estão vinculadas entidades do setor público e privado, como a Associação de Comunicadores Sociais “Calandria”, a Associação Nacional de Anunciantes (ANANDA), a Coordenadora Nacional de Rádio (CNR), a Defensoria do Povo, e a Associação Peruana de Faculdades de Comunicação (APFACOM), entre outras. Preocupadas com o tema da qualidade da programação televisiva na administração do Presidente Alberto Fujimory (2002-2006) e com os escândalos ocorridos na sua administração, envolvendo subornos, a Veeduría vão se consolidar, no governo seguinte, quando teve seu maior momento de visibilidade.

Ao iniciar sua administração, Alejandro Toledo (2002-2005) propõe um projeto de reforma ao setor das telecomunicações que, nesse momento, passa a contar também com a participação da Veeduría que elabora uma proposta que vai ser socializada em diferentes cenários dos quais participam acadêmicos, estudantes, comunidades de base, entre outros participantes. A organização de oficinas e seminários com a participação de especialistas, de caravanas e passeatas permitiu marcar presença em diferentes espaços.

Neste processo, a participação da Calandria - desde a coordenação operativa – e, de Rosa Maria Alfaro foi particularmente significativa. A primeira em razão da trajetória desta entidade com o trabalho comunitário, e a segunda pela ampla experiência e conhecimento e tema desta importante pesquisadora. Um exemplo disto tem a ver com as cerca de 70 mil assinaturas as quais respaldaram a iniciativa da Veeduría.

A nova legislação foi regulamentada em fevereiro de 2003 e, apesar de não ter abarcado os elementos nevrálgicos da proposta da Veeduría, deixou múltiplas e valiosas aprendizagens em relação ao fato de ter conseguido uma importante visibilidade para o debate sobre a mídia, que durante muitos anos esteve de fora da agenda política e da opinião pública. Além disso, os cidadãos foram protagonistas. Atualmente a Veeduría forma parte da Rede Latino-americana de Observatórios cujas atividades podem ser vistas no site www.calandria.org.pe.

Outra experiência desta natureza foi desenvolvida na Colômbia em 2005 e que se chamou “Compromisso por uma Televisão de Qualidade para a Infância”. A iniciativa surgiu em 2003 com o “pacto de vontades”, produto do diálogo e do consenso cujo ponto de partida foi a participação do país na “Quarta Reunião Mundial de Mídias para a infância e a adolescência”, realizada, nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro e convocada pela UNICEF. O evento teve como tema a responsabilidade da mídia, da sociedade organizada e dos governos na produção de televisão de qualidade para estas audiências.

Na comparação com outras experiências cujos projetos se assemelhavam, uma característica específica foi, não só a articulação de distintos setores sociais, tais como universidades, anunciantes, entidades públicas como o Ministério da Cultura e de Educação, mas também a interlocução com os responsáveis pela tomada de decisões, a exemplo dos canais de televisão, das produtoras e da Comissão Nacional de Televisão (CNTV), entidade responsável deste meio massivo.

Os objetivos do Compromisso podem ser acessados no site www.comiminit.com e dizem respeito a trabalhar no fomento à produção infantil, a promover processos de auto-regulamentação, a criar estratégias para fortalecer a pesquisa e divulgação de resultados e, particularmente, à participação cidadã. Em essência, se busca a conformação de um cenário que possibilitará a ampliação do debate televisivo sobre este meio e sobre a infância e a adolescência, composto de quatro eixos: a) programação e produção, b) políticas, regulação e fomento, c) pesquisa e d) participação cidadã. No ultimo tempo o Compromisso tem acompanhado atividades relacionadas com o tema da televisão e infância. Em junho de 2009 fez parte da convocatória para a “Mostra Ibero americana de Televisão Infantil” realizada em Bogotá.

Como experiências mistas onde há a presença dos comunicadores e da sociedade civil, contamos com o “Observatório Brasileiro da Mídia” e com o “Global Media Watch”. E, finalmente, ao tentar examinar o tema da cobertura, encontramos o “Monitor da Mídia” da Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI).

Um último critério que Herrera (2005) menciona tem a ver com a utilização de distintos tipos de meios no seu processo de interação.

Visibilizar e fazer possível a participação cidadã: tarefas dos observatórios.

Uma vez apresentada uma breve cronologia dos observatórios, nos deteremos em algumas das tarefas desenvolvidas por estes projetos e que giram em torno do tema da visibilidade, da participação e da conexão entre eles e os cidadãos. Em primeiro lugar, estamos falando da “razão de existência” destas experiências midiáticas à medida em que sua missão tem a ver com o fato de mostrar, de expor à luz pública uma realidade. Para isso partimos da relação entre o “olhar” e o “observar” como uma de suas tarefas centrais, para depois abordar, no segundo momento, o problema da participação.

Finalmente, vamos fechar este artigo com a reflexão que aparece como um dos eixos centrais deste estudo e que se refere ao modo como os observatórios aparecem enquanto lugares-chaves na construção da cidadania. Para isso, tomamos como ponto de partida os textos de Rey (2003), Alfaro (2005), Mata (2007) e Christofolletti e Gonzaga (2008), autores que, em distintos contextos, desenvolveram seus trabalhos (Colômbia, Peru, Argentina e Brasil), mas que coincidem ao destacar elementos que aportam este debate.

Retomamos inicialmente Rey e Cristofolletti para trabalhar a relação entre o ver, “olhar” e “observar” como elementos que estabelecem a especificidade destas figuras jornalísticas. A relação entre estes conceitos foi justamente o tema abordado por Rey ao palestrar no encontro de Buenos Aires. Conforme o autor (2003,p15):

Os observatórios partem de duas idéias relacionadas com sua função de observação social: a primeira é que o que se vê realmente, é o que existe desde um lugar. O enquadramento da notícia ou a consulta de uma determinada fonte, são propostas de “lugar”, ubiicações do conhecer. Este “lugar” proposto desde a mídia, sabemos que não é único nem definitivo. O que se tem é mais uma interação de “lugares”, de perspectivas. À ubiicação de uma particular informação corresponde um lugar da compreensão, o qual pertence aos leitores”.

A partir desta afirmação podemos ver como são necessários distintos olhares, o que Rey denomina como a tarefa de “modulação e compreensão dos prismas sociais”. Os observatórios são experiências que reconhecem sua visão parcial, mas, sobretudo, que se abrem para verificar se há outros olhares, interagir com outras observações, as quais provém de diferentes lugares da sociedade. A complementariedade dos olhares vai ser, então, um aporte importante na tarefa desenvolvida por estes centros.

Christofoletti (2007) toma como ponto de partida este tema esclarecendo que “olhar”, ver e observar podem ser considerados sinônimos em termos jornalísticos, mas existem matizes que é necessário precisar. Olhar é uma atividade de exercício dos sentidos realizada cotidianamente pelos homens, distinto de “olhar” que suponha um deter-se nos objetos para obter um maior conhecimento dos mesmos e, conseqüentemente, uma maior compreensão. A este respeito o autor (2007, pg78) estabelece o seguinte:

Olhar é fitar, mirar, contemplar. É sondar, cuidar e ponderar. Admirar, julgar, estudar. Olhar é apreender o mundo, as coisas, as pessoas e suas circunstâncias e considerá-las, guardá-las, de alguma forma, nos escaninhos da memória. Olhar é encarar, pesquisar, examinar. Olhar é lançar-se ao mundo e significá-lo, perceber seus sentidos plurais. Para além de um fenômeno físico, olhar é captar, receber e ler o mundo. Lançar um olhar é deter-se sobre algo.

A atividade dos jornalistas responsáveis pelo tratamento da informação que vai tornar-se visível nas mídias vai além do “olhar” para se converter num “olhar crítico”, resultado de sua competência profissional, o que vai dar-lhe uma sensibilidade particular que lhe permite captar o que o autor fala como a “atmosfera dos acontecimentos”. Não é o olhar de um cidadão comum e, nessa medida, é importante pensar em que consiste a diferença entre a crítica da sociedade e a crítica especializada.

É uma aproximação à realidade a partir de um ângulo, de um enquadramento específico sendo, portanto, é parcial. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que esse recorte de realidade não é único nem definitivo. Esse aspecto é central ao questionar a tarefa desenvolvida pelas mídias, além da tarefa dos observatórios, pois as duas estão estritamente relacionadas com a objetividade cuja existência se questiona e se discute em todos os eventos acadêmicos, quando surge a pergunta acerca dos meios de comunicação.

Um segundo aspecto importante para refletir tem a ver com o tema da participação cidadã e sua relação com o tema dos observatórios. Nos apontamentos anteriores falamos sobre a relação entre a comunicação e a política, tendo como vínculo a presença dos cidadãos no âmbito dos observatórios. Este conceito, que de alguma maneira virou “moda”, hoje em dia, aparece estreitamente vinculado ao tema do fortalecimento das democracias contemporâneas.

Neste sentido, a mídia estará dedicada a introduzir novos atores no cumprimento de suas responsabilidades, particularmente, no que se refere às relações entre os

governantes e os governados. Hoje, ela aparece convertida numa categoria central da democracia, entendida como uma de suas instituições básicas e que faz o possível para que todos os cidadãos “participem das decisões” que lhes afetam. Sua participação aparece como forma possível de ampliação do espaço público.

Para encerrarmos, podemos dizer que, com este artigo, foram apresentados os fios de um tecido que mistura cidadãos e observatórios. Num segundo momento, é preciso aprofundar o estudo sobre as diferentes formas de participação dos cidadãos nestas experiências de observatórios e de que modo é possível fazer o análise de sua presença e real participação em neles. O caminho está delineado, sendo necessário continuar a marcha.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Luiz A. e HERSCHMANN, Micael. **Os observatórios Ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória.** @ Compôs. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação. Dezembro de 2006.

ALFARO, Rosa Maria, edit. **Hacia nuevas rutas éticas de los Médios. Memorias e la campaña ciudadana sobre la Ley de Radio y Televisión.** Lima: Asociación de Comunicadores Sociales Calandria, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rogério e GONZAGA, Luis, org. **Observatorios de mídia. Olhares da cidadania.** São Paulo: Paulus. 2008

CHERESKY, Isidoro, comp. **La ciudadanía en el centro de la escena.** En *Ciudadanía Sociedad civil y Participación política.* Buenos Aires: Miño y Dávila edit, 2006.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua.** Espaço, cidadania, mulher e morte em Brasil. Rio de Janeiro: Rocco,1997.

DAGNINO, Evelina et all. **La disputa por la construcción democrática em América Latina.** México: Fondo de Cultura Económico (FCE) y Universidad Veracruzana, 2006.

_____ **Cultura e Política nos movimentos sociais latinoamericanos.** In: Álvares Sonia, (et al) organizadores. Belo Horizonte: Ed. UFMG,2000.

_____ **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** In: Anos 90. Política e sociedade no Brasil. Evelina Dagnino,org. São. Paulo. Brasiliense.1994.

HERRERA, Suzana. **Tipología de los observatorios en América Latina.** In: Palabra – Clave. El metadiscursio de los medios. Vol.8. No.2. (Edit. No.13). Diciembre de 2005. Chia: Colômbia

LECHNER, Norbert. **La política ya no fue lo que es.** Em: Revista Nueva Sociedad No.144. julio – agosto de 1996. Caracas: Fundación Frederich Evert.

REY, Germán. **Ver desde la Ciudadanía. Observatorios y Veedurías de Medios de Comunicación en América Latina.** En Veedurías y Observatorios. Participación

Social en Medios de Comunicación. La Tribu – Fundación Friederich Ebert (FES). Buenos Aires: La Tribu. 2003.

TELLEZ, Maria Patricia. **Los observatorios de medios. Lugares de construcción de ciudadanía.** Ponencia presentada en el XXI Encuentro Académico de AFACOM y III Encuentro Regional Andino de FELAFACS: El quinto poder: Le apuestan los medios a los públicos?. Bogotá 1 al 3 de septiembre de 2003.

Sites consultados:

www.observatoriodeimprensa.com.br

www.calandria.com.org

www.comimint.com